

O PÚBLICO E O PRIVADO EM EDUCAÇÃO

Luiz Fernandes DOURADO¹
Maria Sylvia Simões BUENO²

1. INTRODUÇÃO

O debate entre o público e o privado na educação brasileira não é recente e as pesquisas explicitam pontos de convergência e divergência entre os quais se inserem as questões destas categorias e seus reflexos em cada modalidade e/ou nível educacional, destacando análises que tratam da natureza e do caráter da educação.

Ao situar o embate entre o público e o privado é necessário ressaltar que seus desdobramentos efetivos vinculam-se às determinações estruturais e conjunturais de uma dada realidade sócio-político-cultural. Entende-se, para efeito de análise, a educação como uma prática social contraditória, com objetivos e fins nem sempre convergentes, resultantes da sua caracterização como campo de disputas hegemônicas de projetos sociais providos de historicidade e impregnados pelas condições sócio-políticas-culturais nas quais se constituem e buscam se efetivar.

Neste sentido, os debates sobre a educação brasileira têm sido permeados pelos confrontos entre os defensores do ensino público e os defensores do ensino privado, cujas demarcações teórico-conceituais sofrem alterações substantivas ao longo da história, apesar de resultarem da precária delimitação entre as esferas pública e privada da sociedade. Essa indefinição fronteiriça acarreta, particularmente, a ambigüidade do Estado enquanto expressão de poder público.

A análise das políticas engendradas pelo Estado Brasileiro e, em especial, os desdobramentos assumidos por este na esfera educacional, são claros indicadores dessas disputas sociais e do caráter ideologicamente privatista assumido pelo Estado *stricto sensu* no Brasil.

Esse caráter privatista é resultante, dentre outras coisas, do alargamento das funções do *ethos* privado ainda que subvencionadas pelo poder público. Tal quadro produz uma situação perversa da ação estatal na medida em que esta não estabelece as fronteiras e diferenças entre os

¹ Professor Titular da UFG, Doutor em Educação.

² Professora Assistente-Doutora da UNESP/Marília, Doutora em Educação.

interesses coletivos e os interesses particulares, facultando a emergência da privatização do público e, conseqüentemente, a interpenetração entre as esferas público e privado.

Nessa perspectiva, PINHEIRO (1996:258) afirma que

"No Brasil, após a década de 30, concomitante ao processo de intervenção do Estado na esfera econômica, como principal agente do desenvolvimento, ocorreu uma tendência de privatização da esfera pública. Mas o processo de interpenetração entre essas esferas caracterizou-se por um duplo prejuízo da esfera pública, pois tanto a intervenção do Estado na área econômica quanto do setor privado na esfera pública favoreceram primordialmente interesses privados e não públicos" (grifo nosso)

Esse confronto, ou essas ideologias em conflito, vão assumido, portanto, contornos/configurações diferenciados ao longo do processo histórico tendo em vista as questões conjunturais em que se efetivam, seus protagonistas e a caracterização do regime político. Trata-se de um embate que não se circunscreve à agenda educacional mas tem nela explicitação concreta, revelando, desse modo, o papel da educação como constituinte e constitutiva das relações sociais.

O conflito público e privado vai margear os desdobramentos do Estado no Brasil e as implicações disso na órbita de suas políticas. Na área educacional esse atrito, plenamente configurado a partir dos anos trinta, vai desenhar-se como resultante das disputas político-ideológicas por hegemonia entre os defensores da escola pública e os defensores da escola privada, nas décadas seguintes, e vai ser objeto de vários estudos e pesquisas que tentam compreender como se processa a interpenetração entre essas esferas.

Considerando essas demarcações iniciais, é objetivo deste artigo situar a produção na área educacional sobre a temática indicando os recortes efetivados por 33 pesquisas no período de 1991 a 1997. Para efeitos analíticos procedeu-se, inicialmente, à análise dos resumos das referidas pesquisas, sua categorização e, em decorrência deste processo, a tentativa de explicitação dos horizontes teórico-metodológicos subjacentes às mesmas.

2. PÚBLICO E O PRIVADO: MARCOS TEÓRICOS NA AGENDA EDUCACIONAL

A relação público-privado constitui objeto de pesquisas específicas ou articuladas a outras temáticas relativas à administração e à política educacional e sofre, sob o rigor da análise acadêmica, crivos constantes. Público e privado são categorias expostas a dupla contaminação e

tendem a tornar classificações nelas ancoradas cada vez menos pacíficas e mais carregadas de dubiedade. Essa questão atravessa fronteiras e constitui objeto de investigação em muitos países. ESTEVÃO (1998, p.5), ao discutir em sua Dissertação de Doutorado a escola privada portuguesa enquanto organização, procura elucidar conceitualmente o referido binômio, cuja dinâmica projeta imagens que implicam em múltiplas significações entrelaçadas. Assinala que

"o público aparece, amiúde, colado ao sistêmico, ao manifesto, ao formal, ao generalizável e, de algum modo também, ao universo cultural dos símbolos e rituais partilhados e ao poder publicitável; ao passo que o privado, na esteira de sua etimologia, é vinculado a um certo sentido de privação, ao que se encontra afastado ou isolado da sociedade pública e, simultaneamente, ligado aos recursos próprios (idéia de propriedade), ao uso individual e doméstico, ao íntimo, ao que não está sujeito à intrusão de outros, ao que não é festivo; ou seja, o privado é reservado para o secreto, o informal, o particular, o individual ou o interpessoal, e ainda para o poder oculto."

As duas esferas assumem, assim, conotações diversificadas, dependendo do olhar que lhes é lançado. Todavia, enquanto caracterização jurídico-formal, essas categorias carregadas de historicidade indicam demarcadores que as vinculam à explicitação do regime jurídico. A esse respeito BANDEIRA DE MELLO (1975, p.14) registra que

"Saber se uma atividade é pública ou privada é mera questão de indagar do regime jurídico a que se submete. Se o regime que a lei lhe atribui é público, a atividade é pública; se o regime é de direito privado, privada se reputará a atividade, seja, ou não, desenvolvida pelo Estado. Em suma: não é o sujeito da atividade, nem a natureza dela que lhe outorgam caráter público ou privado; mas o regime a que, por lei, for submetida."

No campo das políticas sociais e, particularmente, na arena das políticas educacionais e de seus desdobramentos efetivos, a relação público-privado assume contornos mais complexos, no interior dos quais a análise da natureza e do caráter das experiências esboça cenários ambíguos. Desse modo, o embate público privado, ao adjetivar instituições escolares, das quais se pretendem especificar funções, características e relações com o Estado, parece travar-se por uma luta por legitimidade e significância que pode encaminhar um processo de desqualificação ou, paradoxalmente, a apropriação de traços qualitativos de um e de outro, valorizados em função do momento vivido e dos interesses e tendências predominantes.

No bojo desse processo, a impregnação de concepções originárias de vertentes teóricas liberais nas organizações e instituições sociais contemporâneas concorre para a formação de uma área cinzenta que mescla qualidades difusas ora associadas a um, ora a outro desses conceitos. Em tal quadro, a discussão do binômio, de suas contraposições, articulações, travessias e mestiçagens constitui temática importante num momento em que o dimensionado como público

aproxima-se e incorpora características do mercado a título de modernização e o conhecido como privado - num momento em que os bens públicos se individualizam na perspectiva da competitividade e perdem de certo modo sua feição de direito social inalienável - persegue novas identidades vestindo peles de cordeiro que lhe dão uma cara social.

Processa-se, nessa perspectiva, uma falsa publicização do privado, que se apropria cada vez mais do espaço público no que concerne ao carreamento de recursos e à exploração de serviços, ao mesmo tempo em que aprofunda suas características mercadológicas, alinhadas ao processo de modernização e reforma do Estado, configurado como sua minimização no tocante às políticas públicas. Expressões indicativas do rótulo privado, que já marcavam vinculações ideológicas, tais como escola privada, particular, livre, confessional, não-estatal, leiga, laica, são enriquecidas por um repertório menos explícito que inclui escolas para-estatais, comunitárias, não-governamentais, cooperativas, organizações sociais, etc.

O público, por sua vez, privatiza-se. Para além dos desdobramentos do tratamento da *res pública* como negócio particular, ranço de práticas populistas e clientelistas fundadas no que FERREIRA (1986) denomina "teoria da coisa nossa", as pesquisas analisadas indicam, num cenário de imbricação entre o público e o privado, que esse processo adquire, na perspectiva economicista das políticas públicas, a feição empresarial de compra e venda de serviços. Esse caráter, traduzido em um jargão gerencial de eficiência, eficácia e qualidade total, possibilita a emergência de modalidades de privatização do público: escolas públicas pagas, autônomas, conveniadas, prestadoras de serviços e parceiras, dentre outras.

Que critérios são então adotados para a identificação das instituições educativas? Em princípio, a distinção realiza-se com base em aspectos singulares ou combinados, tais como: perfil institucional do mantenedor (propriedade), natureza jurídica, fonte principal de recursos, existência de contrapartida financeira para o benefício que oferecem, etc.

Numa perspectiva jurídico-administrativa, o público identifica-se pela manutenção/gestão do poder governamental ou de entidades de direito público e o privado pela gerência e propriedade de pessoas físicas ou jurídicas de direito privado. Esse critério não apreende, todavia, as nuances da interpenetração entre as duas esferas no mundo contemporâneo e não abarca adequadamente as peculiaridades das chamadas escolas comunitárias, filantrópicas ou identificadas com organizações não-governamentais, cujos contornos tornam-se pouco nítidos quando sua finalidade é definida como propriedade pública não-estatal.

Quando a subjetividade impregna esses critérios e os fundamenta com argumentos ideológicos e valorativos, a relatividade conceitual das duas categorias se aprofunda. Nessa perspectiva, imagens contraditórias são projetadas, nos dois casos, desenhando escolas públicas ora como nichos da elite, ora como depositárias de entulho burocrático, arcaísmo e ineficiência, e escolas privadas ora alçadas a centros exemplares de excelência e modernidade, ora reduzidas a espaços de consumo rápido, imediatista e mercadológico, sem o crivo de qualidade dos serviços.

Se de um lado percebe-se um persistente antagonismo entre as duas esferas, de outro há uma apropriação crescente de traços de uma pela outra. A aproximação da escola pública da privada emerge das intenções (expressas ou não) subjacentes às propostas de descentralização e autonomia sugeridas pelas agências internacionais, como o Banco Mundial. Alguns textos, principalmente os voltados para a questão do financiamento ou para reformas institucionais, são bastante explícitos. O processo de ressignificação da descentralização do sistema escolar defendido por esses organismos multilaterais articula-se, via de regra, com sua progressiva privatização ou assunção de modelos e estratégias de mercado, capitaneadas pela desconcentração das ações, sem que ocorra uma garantia efetiva de financiamento. Tais encaminhamentos tem resultado, como é possível constatar no plano concreto, na crescente desobrigação do Estado no terreno educacionalⁱ

Ao refletir sobre esse quadro complexo, dúbio e conturbado, GENTILI (1998) assinala que co-existem hoje formas muito variadas de conjugar o verbo privatizar. Todavia, duas questões fundamentais parecem permear esse fenômeno: em primeiro lugar, ele se constrói no seio do processo mais amplo de reestruturação do mundo contemporâneo; em segundo lugar, acompanha o discurso que prega a redução da intervenção estatal e a transferência - em nome da eficiência e da efetividade - de suas responsabilidades para o setor privado.

O referido pesquisador dá atenção especial às dimensões menos evidentes da privatização do público, que ultrapassam o aspecto econômico e embutem formas originais e ousadas que delegam o fornecimento dos serviços educacionais mas preservam seu financiamento. Essa estratégia mantém o poder público extremamente comprometido com a subvenção e "gratuidade" de serviços "semi-públicos", em nome de uma visão questionável da liberdade de escolha, se considerarmos, por exemplo, os desdobramentos das recentes experiências chilenas na área do financiamento educativo.(FIGUEROA, 1997)

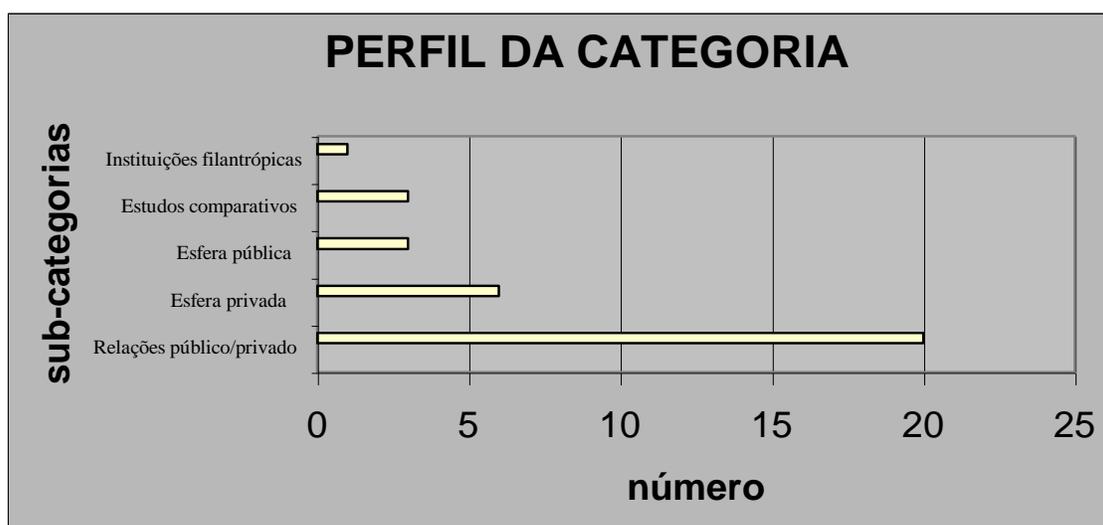
A multiplicidade de dimensões que atravessa a relação público privado na área educacional vem assim exigir, cada vez mais, estudos que a explicitem e denunciem a crescente sobrevalorização do individual e do privado, naturalizada pelo consenso ideológico subjacente à "nova" argumentação liberal que reconfigura o Estado como guarda chuva protetor do bem estar do capital.

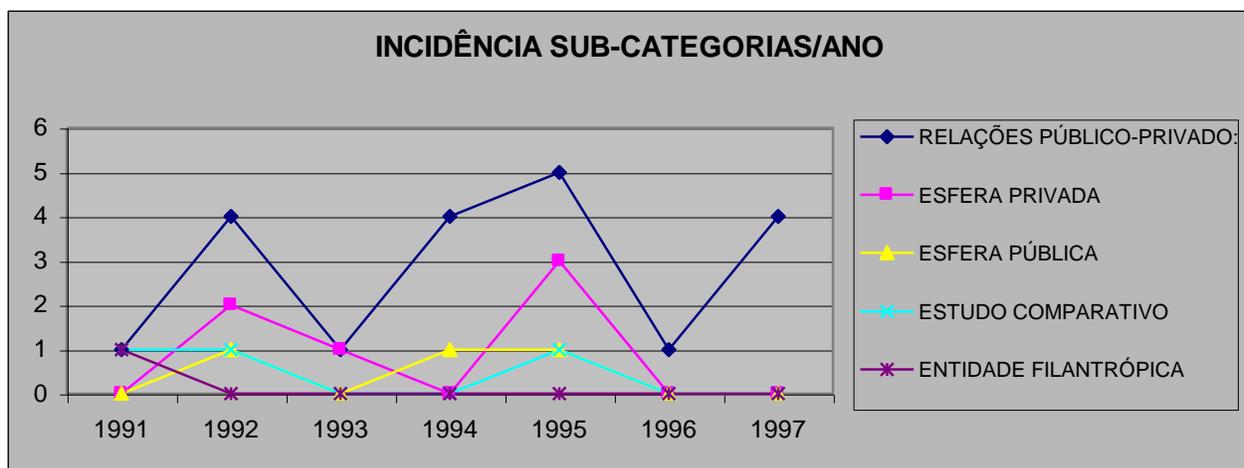
3. CARACTERIZAÇÃO GERAL DAS PESQUISAS

3.1. Construto das categorias público-privado em educação

Considerando os citados marcos teóricos, em menor ou maior abrangência, as pesquisas analisadas evidenciam o construto das categorias público e privado e indicam subcategorias que explicitam os processos reveladores da interpenetração entre essas esferas.

Dentre onze temas destacados pelo Projeto de Pesquisa de Estado da Arte das Pesquisas em Políticas e Gestão da Educação, num universo de 1186 pesquisas, as categorias em questão e seus desdobramentos correspondem a apenas 2,8% do total, o que significa um número de 33 trabalhos. Os resumos classificados dentro desse campo são diferenciados entre si e permitem a identificação das seguintes subcategorias: relações público/privado, estudos comparativos, ensino superior privado, esfera pública, esfera privada e instituições filantrópicas/confessionais. As referidas categorias desenharam o perfil do sub-conjunto de





pesquisas e, dentre elas, sobressai a temática das relações público-privado, que concentra a maioria dos trabalhos.

A distribuição dos trabalhos por sub-categoria, ao longo do período pesquisado, evidencia a concentração maior de pesquisas nos anos de 1992 e 1995. É evidente, outrossim que, mesmo acompanhando essa tendência, a discussão da sub-categoria relações público-privado cresce também em 1997, possivelmente estimulada pela intensificação do processo de interpenetração dessas esferas, tendo em vista a reforma do Estado em curso no país. Essa reforma, centrada em processos de clara privatização de setores estratégicos e na emergência de novas formas de regulação e gestão que privilegiam a implementação do modelo das organizações de serviço público não estatais, também denominado de terceiro setor.

Tais organizações são definidas por BRESSER PEREIRA e GRAU (1999, p.16-7) como

"... organizações ou formas de controle "públicas" porque voltadas ao interesse geral; são "não-estatais" porque não fazem parte do aparato do Estado, seja por não utilizarem servidores públicos, seja por não coincidirem com os agentes políticos tradicionais. A expressão "terceiro setor" pode considerar-se também adequada na medida em que sugere uma terceira forma de propriedade entre a privada e a estatal, mas limita ao não estatal enquanto produção, não incluindo o não-estatal enquanto controle...o que é estatal e, em princípio público. O que é público pode não ser estatal, se não faz parte do aparato do Estado."

Essas novas formas de regulação e gestão complexificam o cenário das políticas sociais e, particularmente, das políticas educacionais, a partir do aparecimento de novas formas de implementação de bens públicos com ênfase no estabelecimento de parcerias de múltiplas combinações como alternativa para suprir a combatida e ineficiente atuação do poder público, assim identificada pela própria fala governamental, e o desinteresse do mercado na coordenação de determinados serviços, sem que se perca, contudo, o papel do Estado como ente regulador e transferidor de recursos para o terceiro setor. Esse cenário pode ser visualizado no gráfico "incidência sub-categorias/ano.

3.2. Identificação e análise dos descritores por sub-categoria

Os resumos analisados não enunciam descritores. Nesses termos, para tentar aprofundar, na medida do possível, a reflexão sobre o enfoque temático dos trabalhos, no intuito de delinear o perfil de cada sub-categoria, foi conduzida pela seleção dos descritores evidenciados no texto dos resumos e não nos trabalhos neles sintetizados. A ausência de um critério uniforme em sua formulação amplia, de certo modo, o caráter especulativo dessa classificação. Isso não impediu, todavia, que a análise evidenciasse a coerência da produção acadêmica da década de noventa com as questões e vicissitudes que perpassam a temática em discussão.ⁱⁱ

Assim, num esforço de síntese dos descritores identificados por sub-categoria, é oportuno situarmos quanto à temática mais recorrente - a relação público-privado - nuances apreendidas pela pesquisa em tela na medida em que localizam a questão público e privado como um conjunto de relações cujo deslindamento implica análises mais amplas. Desse modo, situam-na como inexoravelmente interligada a processos macroestruturais de cujo escopo não escapam as políticas educacionais. Nesse quadro, os trabalhos privilegiaram: a análise crítica do encaminhamento oficial de soluções privatistas para o ensino superior no correr da década; os processos e modalidades de privatização com destaque aos novos arranjos jurídico-formais (fundações, convênios, parcerias, prestação de serviços, etc.); políticas expansionistas e de interiorização de ações e atividades educacionais; afloramento de novas categorizações centradas na ambiguidade da relação público-privado, dentre outros.

Os trabalhos arrolados sob a grife esfera privada, por sua vez, abriram espaço, na primeira metade da década, para o balanço crítico dos aspectos positivos e negativos de uma instituição privada. A sub-categoria corresponde às pesquisas cuja ótica analítica objetiva a compreensão de processos efetivados no âmbito do setor privado enquanto identidade institucional, concepções, papéis docente e discente, expansão e avaliação, dentre outros.

No âmbito da esfera pública, os trabalhos ressaltam a questão social, imprimindo um caráter eminentemente político à discussão. A análise da noção de esfera pública envolve relações entre a noção de efetividade social e o conceito de público, tendo por horizonte a qualificação do popular. Nessa ótica situa concepções e desdobramentos efetivos de processos e ações voltadas para a ressignificação da esfera pública e sua democratização.

As pesquisas concentradas em realizar estudos comparativos tiveram espaço reduzido até meados do período. Apesar do pequeno número de trabalhos, a análise contempla questões estruturais de acesso, oferta e demanda ao ensino nos diferentes níveis e modalidades educacionais e sua tônica principal é a busca de localização e avaliação desses níveis e modalidades nos setores público e privado, realçando suas condicionantes e implicações.

A sub-categoria entidade filantrópica/confessional busca situar-se na mediação entre o público *strito sensu* e o privado, destacando peculiaridades presentes na identidade institucional do segmento denominado filantrópico e nos processos de participação desenvolvidos em seu interior.

É importante assinalar que os resumos analisados não dão conta da produção nacional sobre o tema no período indicado, mas revelam a riqueza e fertilidade do campo focalizado. Trata-se de uma amostragem significativa, uma vez que contempla a produção de pesquisadores de 21 (vinte e uma) instituições que representam 11 (onze) unidades da federação e o Distrito Federal.

INSTITUIÇÕES	NÚMERO DE TRABALHOS
UnB	1
UFRGN	1
UFPB	2
UFPE	1
UFG	3
UFMG	2
UFMT	1
UFF	2
UFRJ	2
USP	3
UNICAMP	2
PUCSP	2
UNIMEP	2
PUCAMP	1
UFSCar	1
IEAE	1
UFPR	1
UFSC	1
UFSM	2
UFRGS	1
UNISINOS	1

3.3. Presença da categoria nas demais pesquisas

Os estudos classificados apresentam, outrossim, interfaces com outras categorias, tendo em vista que a temática está, via de regra, articulada a muitas questões. O ensino público, por sua vez, é o universo da maioria das pesquisas. É reduzido o número de trabalhos que têm por objeto o estudo de uma instituição privada. A esse respeito merecem destaque análises que se propõem a esse recorte, particularmente no referente ao ensino superior. A tônica atual parece indicar a implementação desse nível de ensino via políticas de expansão e interiorização potencialmente privadas, ainda que subsidiadas pelos poderes públicos através de variadas formas.

Embora as pesquisas sobre o público e o privado em educação ocupem um campo reduzido em relação à maioria das demais categorias, essa temática foi objeto de reflexão e análise nos estudos relativos a sete das onze temáticas identificadas. Sua presença é ressaltada por uma série de indicadores, que classificamos como específicos ou tangenciais, os quais denotam sua transversalidade bem como a existência de grande similaridade na abordagem teórica e tratamento analítico com os estudos arrolados na categoria específica. Esse panorama, que realça a relevância do estudo da categoria dada sua recorrência na problemática educacional brasileira atual, é apresentado no quadro abaixo:

CATEGORIA	INDICADORES ESPECÍFICOS	INDICADORES TANGENCIAIS
Direito à educação e legislação	Movimentos populares; recursos públicos/escolas públicas; escolas conveniadas	Escolas comunitárias; organização comunitária; defesa da escola pública; direito à educação; cidadania; democratização; expansão
Planejamento e avaliação educacional	Comparação público/privado (mantenedor); tendências na relação público/privado	Avaliação institucional da escola privada
Escolas/Instituições educativas e sociedade	Privatização do ensino superior; público/privado/comunitário	Reconstrução da escola pública; modelo pedagógico do ensino privado; luta pela escola pública; classes populares/escola pública; movimentos comunitários e sindicais
Municipalização e gestão municipal da educação	ensino público x ensino confessional	gestão pública

Gestão da universidade	condições de produção acadêmica; ensino público, privado, confessional e comunitário; titulação docente/privatização do ensino superior; cultura de pesquisa/condições institucionais; iniciativa privada/qualidade do ensino	Autonomia x ensino privado/confessional
Políticas de educação: concepção e programa	tipologia público/privado; nexos público/privado em escolas ceneceistas; valor do público e do privado	Estado desertor; degradação do ensino público
Financiamento da educação	Privatismo/anti-privatismo; ruptura privatismo/filantropismo; privatização de recursos públicos; escolas conveniadas	Distorções na aplicação do salário educação; mercantilismo; políticas econômicas x orçamento público; gratuidade do ensino

4. METODOLOGIA

É impossível deixar de apontar a variedade formal dos resumos apresentados, que reduz um pouco as possibilidades de análise. Seu perfil é diversificado: não seguem um padrão, não enunciam descritores, não contém, via de regra, conclusões. Alguns são extremamente resumidos, atendo-se aos objetivos da pesquisa, outros contém uma proposição que não inclui hipóteses e/ou questões norteadoras, e outros, ainda, reduzem-se à discriminação dos procedimentos metodológicos adotados.

Nesses termos., tais procedimentos concentraram-se na definição de subcategorias que permitissem uma organização objetiva dos trabalhos e na identificação de descritores que orientassem sua análise e classificação.

Finalmente, as pesquisas referem-se, de maneira geral, à utilização de documentação como base de apoio às análises propostas e destacam, em alguns casos, o entendimento de documentação em sentido *lato*, ou seja, como articulação entre documentação oral e escrita.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As pesquisas analisadas indicam que o embate entre os partidários da educação pública e os da educação privada no Brasil remonta a estruturação e consolidação do Estado

brasileiro, sendo expressão da interligação entre as esferas privada e pública. Tais nexos são assegurados pela natureza patrimonial da sociedade e do Estado, cuja feição tem reduzido a educação à demanda individual, não se constituindo efetivamente em um direito social. Nesse cenário, os confrontos público e privado vão se complexificando, tendo em vista o quadro sócio-político e as diferentes forças sociais. Essa polemização ancora-se, inicialmente, no antagonismo recorrente entre os defensores do ensino laico e os defensores do ensino confessional, ao longo dos processos constituintes no País e, mais recentemente, vincula-se aos interesses do segmento empresarial e lucrativo.

Essa nova configuração se apresenta no contexto educacional destacando-se a re-discussão dos marcos entre o público e o privado. Novas questões são colocadas, destacando-se a sub-divisão do setor privado em duas vertentes: a lucrativo/empresarial e a não lucrativa, presentes no âmbito da Constituição Federal de 1988.

Tal conformação redirecionou o confronto entre os interlocutores, dando novo conteúdo político, sobretudo às escolas confessionais que chamavam para si o papel de IES públicas não estatais. As reformas educacionais, em curso nos anos 90, indicam a transfiguração da atuação estatal no sentido de manutenção da égide privatista do Estado brasileiro através do incremento de novas facetas de intermediação entre as esferas pública e privada, fazendo emergir organizações com natureza e caráter ambíguos como as fundações e as organizações sociais. Esses arranjos estão em sintonia com as recomendações das agências internacionais, com destaque às prescrições do Banco Mundial. Na busca de situar, nesse cenário reformado, as novas propostas e modalidades em curso, há trabalhos importantes a serem considerados, como o de Gentili (98), já citado, que faz uma análise crítica do binômio em questão e das múltiplas combinações a que está sujeito. Em contraponto, há uma pesquisa da FUNDAÇÃO (1996), na perspectiva governamental que, a partir do questionamento da funcionalidade gerencial do setor público e da realização de uma pesquisa de campo, pretende construir um conceito de parceria público-privada e estabelecer uma nova tipologia. Há que se ressaltar, ainda, todo o processo de reforma do Estado implementado no país, particularmente na gestão FHC, cuja tônica tem sido a recomposição dos setores de Estado, nas formas de propriedade, administração e instituições, reforçando processos diretos de privatização e a emergência da forma de propriedade Pública não-estatal. (PETRUCCI e SCHWARZ, 1999 e BRESSER PEREIRA e GRAU, 1999).

Nesse quadro de referências, novas facetas da relação público e privado vão se efetivando, merecendo destaque a discussão entre público estatal e público não estatal, o que coloca para os pesquisadores da temática novos marcos e desdobramentos efetivos na esteira fronteiriça entre o público e o privado.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BANCO MUNDIAL *Prioridades y estrategias para la educación* Washington D.C.: Banco Mundial, 1996.

BANDEIRA de MELLO, C.A. Prestação de serviços públicos e administração indireta. In *Revista dos Tribunais* (São Paulo), 1975.

BRAY, M. *Decentralization of education: community financing* Washington DC: The World Bank, 1996.

BRESSER PEREIRA, L.C. e GRAU, N. C. *O público não-estatal na reforma do Estado* Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1999.

BRESSER PEREIRA, L.C. Uma reforma gerencial da administração pública no Brasil. IN. PETRUCCI, V. e SCHWARZ, L. *Administração pública gerencial: a reforma de 1995* Brasília: Editora da Universidade de Brasília: ENAP, 1999.

BURKY, S.J. PERRY, G. *Beyond the Washington Consensus: institutions matter*. Washington DC: The World Bank, 1998.

ESTEVÃO, C.A.V. *Redescobrir a escola privada portuguesa como organização* Braga (Portugal): UMINHO, 1998.

FERREIRA, O. *A teoria da "coisa nossa"*. São Paulo: GDR, 1986.

FIGUEROA, A.R. Da resignação ao consentimento? Privatização da educação básica e média no Chile. In *Cadernos de Pesquisa*, n.100 (São Paulo), 1997, p.49-56.

FISKE, E. *Decentralization of education: gaining consensus*. Washington DC: The World Bank, 1996.

GENTILI, P. *A falsificação do consenso* Petrópolis: Vozes, 1998.

PINHEIRO, M.F. O Público e o Privado na Educação: um conflito fora de moda. In. FÁVERO, O (org). *A educação nas Constituintes Brasileiras*.

ⁱ Nesse particular podem ser citados especialmente textos publicados pelo Banco Mundial : Prioridades y estrategias para la educación (1996); Decentralization of Education gaining consensus(1996); Decentralization of education: community financing (1996) e Beyond the Washington Consensus (1998).

ⁱⁱ Descritores por sub-categorias (supostos a partir dos resumos): relações público-privado:- expansão - interiorização - fundações municipal de ensino superior - prática educacional - instituição pública - organização burocrática - ensino superior - sistema político-administrativo - apropriação de recursos públicos - publicistas - privatistas - parceria Estado-Igreja - propostas da LDB - estadualização - poder privado - mensalidades escolares - privatização da universidade - relação Estado-Igreja - fundação - ideologia neoliberal - conceito de não-público - nacionalização - transição escola comunitária/pública – privatização da esfera pública - conflito público-privado - modernização conservadora - proposta ideológica burguesa - neoliberalismo e educação - migração da escola particular para a pública - modernização do ensino médio; estudo comparativo:- concepções do professor sobre a escola - condições estruturais - exame vestibular - educação especial - atuação dos serviços públicos e privados - oferta e demanda/ensino público e particular; esfera privada: - escola particular - escolas alternativas - prática sindical/categoria docente - ensino superior privado na ótica discente - evasão no terceiro grau - expansão quantitativa - aspectos institucionais/legais; esfera pública: esfera popular - relação público-popular. - escola pública e destino social - avaliação escolar - padrões burgueses - educação libertadora; entidade filantrópica/confessional:- perfil da entidade filantrópica - administração participativa - escola confessional.